**APELAÇÃO CÍVEL. ACORDO REFERENDADO PELO
MP. PRISÃO. DESCABIMENTO.**

**De acordo com o artigo 733 do CPC, somente a execução
de sentença ou decisão enseja a cobrança pela forma
coercitiva.**

Apelo desprovido, vencida a Relatora.

APELAÇÃO CÍVEL

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

Nº 70006171433

JAGUARÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO,

substituto processual de

L. V. C. e

D. V.C.,

menores representados pela mãe,

M. G. G. V.

APELANTE

R. C.

APELADO

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do
Tribunal de Justiça do Estado, por maioria, desprover o apelo.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além dos signatários, o eminente Senhor
Desembargador Luiz Felipe Brasil Santos.

Porto Alegre, 21 de maio de 2003.

DES^a MARIA BERENICE DIAS,

Relatora-Presidente,

Voto vencido.

DES. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS,

Revisor – Voto vencedor.

RELATÓRIO

DES^a MARIA BERENICE DIAS (RELATORA-PRESIDENTE) –

O MINISTÉRIO PÚBLICO, na condição de substituto processual de L.V.C. e D.V.C., representados por sua mãe, M.G.G.V., propôs execução de alimentos pelo rito do art. 733 do CPC contra R.C., pai dos menores, que se comprometeu ao pagamento de importância equivalente a 35% do salário mínimo nacional a título de pensão alimentícia por acordo entabulado em 14/5/2002 perante a Promotoria de Justiça, o que, segundo o art. 585, II, do CPC, constitui título executivo extrajudicial. Alega que o executado não pagou as parcelas referentes a novembro e dezembro de 2002 e janeiro de 2003, devendo ser compelido a satisfazê-las, assim como as que se vencerem no curso da execução.

O juízo *a quo* indeferiu a petição inicial, sob o fundamento de que, não obstante seja título extrajudicial, a transação referendada pelo Ministério Público, despida de homologação judicial, não se convola em decisão ou sentença, permitindo o ingresso na via executiva tão-somente sob a égide do art. 732 do CPC, sendo, pois, inadequada a via processual eleita (fls. 13/14).

Irresignado, o Ministério Público apela (fls. 16/24) alegando que, havendo o art. 585, II, do CPC concebido como título executivo extrajudicial o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pode ele embasar tanto a execução expropriatória quanto a por coação pessoal. Sustenta que não se aceitar a transação referendada pelo Ministério Público como base para a execução de alimentos fulcrada no art. 733 do CPC significa privilegiar uma regra meramente formal, ou seja, a exigência de homologação judicial de um título que já é executivo, que já tem força suficiente para produzir efeitos jurídicos, em detrimento de um bem maior: o direito à sobrevivência. Requer seja provido o recurso, para o fim de ser reformada a sentença, com o deferimento da inicial e conseqüente execução dos alimentos postulados.

Subindo os autos a esta Corte, a Procuradoria de Justiça, com vista, opinou pelo provimento parcial do apelo, para que se oportunize ao exequente a emenda à inicial, convertendo-se a execução para o rito previsto no art. 732 do CPC (fls. 27/32).

É o relatório.

VOTO

DES^a MARIA BERENICE DIAS (RELATORA-PRESIDENTE) –

O fundamento que ensejou a extinção do processo é de todo desarrazoado.

O art. 585, inciso II, do CPC conferiu eficácia executiva à transação referendada pelo Ministério Público, bem como pelo Defensor Público, ao elencar tal hipótese entre os títulos executivos extrajudiciais.

A modalidade para buscar a satisfação de créditos consubstanciados em títulos executivos quer judiciais, quer extrajudiciais, é o processo executório (art. 584 do CPC). Em se tratando de obrigação por quantia certa contra devedor solvente, a via expropriatória é assegurada pelo art. 646 do CPC. Não faz a lei qualquer distinção sobre a natureza do título para disponibilizar o uso desse meio de cobrança.

Assim, qualquer credor, tendo em mãos quaisquer dos títulos reconhecidos como executórios, independente de sua origem – se judicial ou extrajudicial -, pode fazer uso da via executória, não havendo justificativa para subtrair do credor de alimentos o uso do meio da coação pessoal que lhe é assegurado constitucionalmente.

O que descabe é simplesmente impedir o uso de uma via executória quando a lei nenhuma restrição impõe. Realizar diferente leitura da expressão “sentença” contida no arts. 732 e 733 do CPC é simplesmente impedir a busca de uma célere e expedita satisfação de um crédito que dispõe de respaldo constitucional.

O simples uso do vocábulo “sentença” ou “decisão”, no capítulo em que o estatuto processual disciplina a execução de alimentos, não serve como elemento seguro para identificar a origem do crédito. Como bem lembra Araken de Assis: *Nenhuma conclusão séria, porém, buscaria arrimo na dúbia terminologia legal. Equívocos legislativos na nomenclatura se revelam comuns, e até grosseiros, no Código de Processo Civil.* (Manual do Processo de Execução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 3. ed., 1996, p. 896).

De outro lado, como lembra o ilustre tratadista, o art. 4º da Lei nº 6.014/74 expressamente equiparou os alimentos provisionais e regulares no seio da coação pessoal (op. loc. cit.).

Assim, de todo descabida uma interpretação restritiva, limitando-se a via coercitiva aos alimentos fixados judicialmente, quer liminarmente, quer por sentença. Essa posição, aliás, já foi adotada por esta Corte ao apreciar os Embargos Infringentes nº 70002456598 (4º Grupo Cível, julg. em 10/8/01):

“ALIMENTOS. EXECUÇÃO.

Dispõe o credor de alimentos da faculdade de fazer uso de qualquer dos meios executórios assegurados pela lei para sua cobrança. Desimporta a natureza do encargo, se definitivo, provisório ou provisional, bem como se fixado em decisão liminar ou através de sentença, para que possa ser buscado quer pela via do art. 732, quer pela do 733 do CPC. Embargos rejeitados.”

Se tal diferenciação é descabida, também nada justifica impedir o uso da via da coação pessoal à obrigação consubstanciada em título executivo extrajudicial, não se podendo olvidar a natureza do crédito, que se destina a assegurar a sobrevivência do credor. Ao depois, qualquer restrição no que diz com os alimentos dispõe de um viés cruel.

Ainda que se possa considerar *grave a pressão exercida contra o obrigado*, como afirma o mesmo doutrinador (op. loc. cit.), mais grave é desamparar o credor e impor-lhe que, mesmo tendo em mãos um título executivo, só possa fazer uso da via expropriatória.

E mais: na hipótese de não dispor o devedor de patrimônio para assegurar o débito, não se pode obrigar o alimentando a vir a juízo, mediante processo de conhecimento, para obter uma sentença que imponha obrigação já assumida extrajudicialmente. Possível até questionar a presença do interesse jurídico para dita ação, pois estaria a parte a fazer uso da via judicial para buscar instrumentalizar crédito que já dispõe de eficácia executiva.

Afora tudo isso, cabe lembrar que, por construção pretoriana que se originou em nosso Estado, a execução dos alimentos sob pena de prisão está limitada às três últimas parcelas vencidas, sendo que dispõe o devedor da possibilidade de, na justificação, impugnar até a higidez do próprio título executivo.

Por tais fundamentos, o acolhimento do apelo se impõe.

DES. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS – Com respeitosa vênia da eminente Relatora, apego-me ainda à literalidade do art. 733, que exige, para execução, título judicial oriundo de sentença ou decisão, e nisto não se inclui a transação referendada pelo Ministério Público. Assim, estou negando provimento à apelação.

DES. LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS – Acompanho o Revisor.

DES^a MARIA BERENICE DIAS – PRESIDENTE – APELAÇÃO CÍVEL nº 70006171433, de JAGUARÃO:

“POR MAIORIA, DESPROVERAM O APELO, VENCIDA A RELATORA.”

Julgador de 1º Grau: Orlando Faccini Neto